

TRABALHADORES DO MERCADO DE CARNES DA CIDADE DE CASTRO ALVES – BAHIA E A POLÍTICA SANITÁRIA (1996-2006)

Jilmar de Jesus Gusmão

Graduado em História pela Universidade Católica do Salvador (UCSal)

E-mail: jjgusmao@yahoo.com.br

Palavras-chave: Trabalho. Carne bovina. Política sanitária. Castro Alves.

Introdução

A trajetória da pecuária baiana confunde-se com o processo da colonização do Brasil. Thales de Azevedo assinalou que desde os primeiros passos da colonização, “o problema da escassez de carne”, devido à ausência, na colônia, de animais que faziam parte da dieta tradicional dos europeus, foi enfrentado pelos colonizadores através do consumo de caças e peixes. Não obstante, logo a criação de “reses” passou a ser atividade com que se ocuparam os colonos e fez parte do repertório de medidas administrativas adotadas pelas autoridades (AZEVEDO, 1969, p. 318-340). Tavares sustenta que “à medida que tangiam o gado”, em conjunto com outras atividades, os colonizadores foram conquistando, povoando e definindo o território da Bahia (TAVARES, 2001, p. 154-165). A importância da pecuária se estendeu ao período republicano. Nos primeiros anos da República as fazendas de gado eram a base econômica de onde se ergueu o poder político de muitos coronéis do interior baiano (PANG, 1979, p. 47-48).

Nos últimos trinta anos do século XX a pecuária brasileira “emplacou maior desenvolvimento”, em grande medida, decorrente da “expansão da fronteira agrícola”, da industrialização, “e de um grande movimento prol exportação” (LIMA; OLIVEIRA, 2007, p. 136). As inovações genéticas através do cruzamento de raças, a “rastreabilidade”, que proporciona o acompanhamento do histórico do animal e a produção do “novilho precoce”, caracterizada pelo abate de reses com o mínimo de trinta meses de idade, são algumas das mudanças. Elas representam profundas rupturas com os métodos tradicionais de produção (CRUZ, 2001, p. 35-42). Embora o estado da Bahia ainda não exporte carne bovina, ele não se encontra a margem dessa dinâmica modernizadora (LIMA; OLIVEIRA, 2007, p. 139).

Este trabalho examina, superficialmente, como o processo de modernização da pecuária baiana, manifestado através da política sanitária implantada na região de Castro

Alves, foi vivenciado por comerciantes e trabalhadores do mercado de carnes da cidade. Os sujeitos aqui investigados são identificados como portadores de contornos sociológicos e culturais específicos. Sendo as relações sociais dos trabalhadores da carne eixo central da análise.¹

Repressão à “carne clandestina” em Castro Alves

A cidade de Castro Alves está localizada no Recôncavo Sul da Bahia, na microrregião Santo Antonio de Jesus. Sua origem remonta ao século XVIII, quando o arraial de Currálinho – nome esse advindo provavelmente da presença no povoado de currais de gado, muito comum no sertão da época – surgiu da passagem e parada de tropeiros vindos de Minas Gerais e do Alto Sertão, através da “estrada das boiadas”, em direção a São Felix, Cachoeira e Feira de Santana. Oficialmente Currálinho recebeu fórum de município através da Lei Estadual nº 88 de 22 de junho de 1895 (TEIXEIRA, 1990, p. 5-7).

Nos últimos anos, a economia castroalvensense baseou-se na produção agrícola – mandioca, fumo, laranja, banana e amendoim, juntamente com a produção de farinha, produtos comercializados na feira livre da cidade, realizadas nas quartas-feiras, nas sextas e aos sábados. Devido às suas extensas pastagens, a pecuária ocupa uma posição importante na economia local. Pequenas indústrias de extração mineral completam o lastro econômico do município (GUIA TURÍSTICO E HISTÓRICO DE CASTRO ALVES, s/d.). Recentemente, a instalação de uma fábrica de calçados inseriu o município no pólo calçadista fomentado pelo governo estadual através da política de renúncia fiscal, que faz parte do projeto de “diversificação da economia” baiana, implementado a partir de 1991 (SAMPAIO, 2005, p. 37).

No dia 13 de setembro de 2005, às quatorze horas, em reunião ordinária do Núcleo Setorial do Mercado de Carnes de Castro Alves – NUSMECCA, ligado à Associação Comercial de Castro Alves – ACCA, localizada na praça Dionísio Cerqueira, centro de Castro Alves, a Secretária de Saúde de Castro Alves, Laori Blumetti e a representante da Vigilância Sanitária do município, Lilian Gomes Nery, informaram aos membros da entidade sobre a disposição da administração em introduzir mudanças no mercado de carne da cidade: “falaram da cobrança no cumprimento da Portaria nº 304” (ACCA, Livro de Atas do NUSMECCA, p. 8).

¹ Para Hobsbawm (1998, p. 83-105) o processo de produção social é “a base analítica de uma investigação histórica da evolução das sociedades humanas”.

A Portaria nº 304 mencionada pelas representantes do poder público municipal trata-se da Portaria Federal nº 304, publicada em 22 de abril do ano de 1996 pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Essa “lei” (terminologia utilizada pelos trabalhadores castroalvenses ao se referir à Portaria) passou a orientar a introdução, em todo território nacional, das normas “higiênico-sanitárias” para o processo de abate e comércio de carne bovina, bubalina e suína. Para isso determinou-se que as carnes só poderiam ser distribuídas pelos abatedouros com temperatura abaixo de sete graus centígrados; os estabelecimentos comerciais deveriam conservar a mesma temperatura ao vendê-la ao consumidor final; os cortes das peças deveriam ser padronizados, embalados, devidamente identificados e constando os carimbos oficiais dos serviços de inspeção (BRASIL, Portaria Federal nº 304, 1996).

A adoção dessas medidas encontra explicação de fundo na imprensa:

O Ministro da Agricultura, José Eduardo Andrade Viera, anunciou que assinará portaria, até o final deste mês, proibindo a distribuição de carnes – nacionais ou importadas – sem estarem devidamente tipificadas (informações como procedência e prazo de validade) e embaladas. O ministro explicou que a medida tem por objetivo desestimular o abate clandestino e sem qualquer critério de higiene. É o primeiro efeito prático da polêmica gerada pela doença da “vaca louca” na Grã-Bretanha, que no Brasil serviu para demonstrar a fragilidade do controle sobre a carne distribuída no país (JORNAL A TARDE, 4 abr. 1996).

Ao que parece, um problema sanitário internacional provocou “efeito prático” sobre a política sanitária do Estado brasileiro, pois “serviu para demonstrar a fragilidade do controle sobre a carne distribuída no país”, o que exigiu ação por parte das autoridades. O jornal indica ainda que o objetivo do Ministério da Agricultura foi “desestimular o abate clandestino e sem qualquer critério de higiene”.

O que ligava o mercado de carne brasileiro ao externo, a ponto do primeiro sofrer imediato “efeito prático” protagonizado pelo segundo? Para Lima e Oliveira “a União Européia, maior demandante da carne bovina brasileira, tem recorridamente ameaçado suspender as compras do produto nacional se a identificação do animal e o seu bem-estar não estiverem garantidos” (LIMA; OLIVEIRA, 2007, p. 137). Ao que parece, as exigências do mercado internacional foram decisivas na publicação da Portaria 304.

Em outra reunião do NUSMECCA, esta realizada no dia 20 de outubro de 2005, às oito horas e cinquenta minutos, o prefeito de Castro Alves, Gilvandro Araújo, sem usar a expressão “carne clandestina”, talvez por não estar familiarizado com a terminologia usada

pelos fiscais, ou temer uma suposta reação dos açougueiros, declarou – prometendo “empenho” na fiscalização – a participação do seu governo no processo de implantação da Portaria Federal nº 304: “o prefeito mostrou a necessidade de se fiscalizar o comércio de carne e miúdos em Castro Alves, com empenho da Vigilância Sanitária” (ACCA, Livro de Atas do NUSMECCA, p. 7).

Na reunião do NUSMECCA, realizada às oito horas e trinta minutos, no dia 2 de março do ano de 2006, data que certamente as autoridades já tinham colocado em prática grande parte das normas higiênico-sanitárias, Luís Geraldo Sampaio, representante da Agência de Defesa Agropecuária da Bahia – ADAB, órgão responsável pelo ordenamento da atividade agropecuária na Bahia, falou acerca da implantação da “lei”:

Fez alguns esclarecimentos sobre a carne de sol, que terá sua salga provisoriamente nos locais de costume, com o compromisso de melhor higiene. [...] Falou ainda do transporte de carne do sol para outros municípios e alertou que é proibido tal transporte, mesmo que a carne seja do frigorífico.

[...] Relembrou a todos que está terminantemente proibido: comercialização de carne bovina de origem clandestina; usar o Matadouro Municipal para quaisquer atividades; comercializar as carnes bovinas (fresca), penduradas e ou fora do frizer ou balcão frio, valendo também para as vísceras, e carne e miúdos de: ovino, suíno e caprino. [...] apresentou a data oficial de fechamento do Matadouro Municipal, com data de: sete de março do ano em curso (ACCA, Livro de Atas do NUSMECCA, p. 14).

Essa passagem indica persistência do “costume” tradicional de trabalho, pois “a carne do sol, [ainda] terá sua salga provisoriamente nos locais de costume”. Também parece evidente que a produção de carne castroalvensense abastecia outros municípios. Por outro lado, o representante da ADAB, ciente da persistência dos métodos tradicionais, informou aos integrantes do NUSMECCA como deveria funcionar o comércio de carne na cidade e condenou a produção de “carne bovina de origem clandestina”.

O açougueiro² Manoel Rebouças França, também conhecido por Nezinho, que “vida toda foi sempre mexendo com boi”, e que a época das primeiras atividades do NUSMECCA era filiado ao Núcleo, batendo com a mão na mesa, como que reivindicando uma autoridade usurpada, cético quanto à higiene propagada pelos novos métodos, e longe de costurar um consenso com o discurso oficial, oferece um riquíssimo testemunho da profunda divergência que se estabeleceu entre as autoridades de um lado e comerciantes e trabalhadores do outro:

² A expressão açougueiro, neste trabalho, pode referir-se tanto ao comerciante, concessionário de um box no Mercado Municipal, como o trabalhador responsável pela preparação da carne para venda ao consumidor. Embora seja comum os açougueiros ocuparem-se das duas funções.

Precisava de ter mais um pouco de higiene, mas não teve a higiene... a higiene piorou [...] Porque o boi que eu pego hoje, [carne vinda do frigorífico adequado às normas sanitárias] como eu peguei ali agora, todo melado de sangue, todo preto... Esse boi agente não matava. [...] quíria dizer isso à justiça, e provar. Qui não existe higiene... piorou a higiene. Pure exemplo, eu tinha um caminhão de carregar boi, pá matar... meus boi... eu vendi o caminhão agora... que não tinha mais boi pá carregar, vendi. Mas eu tinha um caminhão aqui, só pra trabalhar pá mim... Tão, vamo supor, que eu comprasse um boi ali em Sape[açú] ou dez boi. Eu ia lá buscar... pá matar sábado, eu ia buscar esses boi hoje! [na quarta-feira]. Chegava aqui, agente tinha assim um amigo aqui chama Maurício, sempre ele me dava... se não me desse alugava um pasto aí. Intão trazia ele sortava ali no pasto, ele [o boi] passava a noite hoje; Sapé[açú] é ali, né? Intão não tinha como cansar. Passava a nôte sorto, comeno, bebeno, o dia da manhã todin, cinco hora da tarde eu botava in cima do caminhão, dez hora da nôte, quando todo mundo acabava, eu chegava com meu caminhão e matava meus boi, a meu modo... viu. Intão hoje não tem isso (FRANÇA, 03 maio 2007). (Grifo do autor.)

Embora admitindo a necessidade de uma melhor higiene, Nezinho afirmou que a implantação das normas não trouxera a higiene propalada pelas autoridades. O açougueiro sustenta a tese de que “piorou a higiene” no mercado de carnes de Castro Alves. Ele mostra-se indignado por não ter tido a oportunidade de manifestar-se a respeito de um assunto do qual se considera profundamente conhecedor. O depoente descreve a forma tradicional de produção de carne desde a compra das reses até ao processo de abate no Matadouro Municipal. Aqui a rotina de trabalho não é apenas executada ou realizada com o propósito exclusivo de garantir dividendos. Não obstante, Manoel França tenha tratado a sua experiência de trabalho enquanto necessidade e interesse particular, e em claro antagonismo com as normas sanitárias, ele também a vivenciou enquanto sentimento e valor.³

Para uma análise mais cuidadosa do abismo que se abriu entre o discurso sanitário oficial e a concepção popular acerca da higiene no mercado de carnes de Castro Alves é oportuna a reflexão de Thompson sobre o conceito de cultura:

[...] cultura é também um conjunto de diferentes recursos, em que há sempre uma troca entre o escrito e o oral, dominante e o subordinado, a aldeia e a metrópole: é uma arena de elementos conflitivos, que somente sob uma pressão imperiosa – por exemplo, o nacionalismo, a consciência de classe ou a ortodoxia religiosa predominante – assume forma de um ‘sistema’. E na verdade o próprio termo ‘cultura’, com sua inovação confortável de um consenso, pode distrair nossa atenção das contradições sociais e culturais, das fraturas e oposições existentes dentro do conjunto (THOMPSON, 1989, p. 17).

³ Para Thompson (1981, p. 189), “toda contradição é um conflito de valores, tanto quanto um conflito de interesse”.

A repressão aos costumes tradicionais não se restringiu aos conflitos no campo valores, não se reduziu a disputa entre as concepções higiênico-sanitárias de cunho científico, advindo de uma cultura letrada e a visão popular informada pelos trabalhadores castroalvenses. As autoridades, diante da resistência oferecida pelos populares, com o objetivo de impor as “medidas da lei”, tiveram que lançar mão da repressão física. Manoel França, sentindo-se desrespeitado e ofendido com os procedimentos do serviço de fiscalização, relata como se processou o combate à “carne clandestina” nos açougues do Mercado Municipal de Castro Alves:

Ele chega vê a carne aqui in cima, vamo supor, aqui seja o balcão, a carne tá aqui cima, pronto. Aí já é suficiente [...] aí ele vai mete [...] um termômetro... não tem sete grau abaxo de zero, num sei quê... começa com a sacanagem... e leva.

[...] toda a fiscalização qui vão fazer, principalmente dendo Mercado, a puliça acumpanha... E num é poca puliça não [...] No dia qui teve aqui tinha umas vinte pessoa [...] uns seis a oito policial... armadão [...] Eu até falei, num falei com eles, qui num vô dizer qui falei, mas depois me comentano eu falei: essas arma qui agente tinha aqui divia ter ido... pú morro do Rio de Janero, é lá qui tá pricisano delas, porque aqui agente num pricisa disso não... Eu me sentir, vamo dizer... um vagabundo... tá dendo açogue meu com ingenhero, tudo parado na porta, tudo chei de metralhadora, de pistola, de num sei qui diabo... como se fosse vagabundo, ladrão, assassino... tem nada disso ali não... ali tem home qui compra e num paga, mas ladrão pra robar ninguém num tem não (FRANÇA, 03 maio 2007). (Grifo do autor.)

O depoimento de Manoel França indica que mesmo depois de introduzida as normas sanitárias em Castro Alves existiram comerciantes que insistiram em proceder conforme o costume: expondo a carne fora do balcão refrigerado, desrespeitando a “lei”, alguns, inclusive, tendo sua carne apreendida e queimada pelos fiscais. Não obstante, o açougueiro desconfia dos procedimentos dos fiscais. Outro ponto a ser destacado é a aferição da temperatura da carne com “um termômetro”, conforme o disposto na Portaria 304. Com o objetivo de coibir qualquer manifestação de resistência por parte dos “infratores”, o trabalho dos fiscais era auxiliado por policiais, “armadão”, como descreveu Manoel França. A presença da polícia armada no seu local de trabalho feriu a honra do açougueiro. Ele sentiu-se como um “vagabundo, ladrão, assassino”. Esse sentimento indignação parece ter funcionado como elemento aglutinador da identidade, pois ao afirmar que “ali tem home aqui compra e num paga, mas ladrão pra robar ninguém num tem não”, o açougueiro indica a existência e/ou

a construção de laços de identidade de classe manifestados a partir da implantação da política sanitária.⁴

Do curral ao açougue: o cotidiano no mercado de carnes castroalvens

Os comerciantes e trabalhadores de Castro Alves reagiram às imposições higiênicas levadas a cabo pelas autoridades. A intervenção nos costumes de trabalho, considerada autoritária, subsidiaram as percepções e atitudes desses sujeitos frente à política sanitária. Para a historiadora Mary Del Priore, o estudo histórico do cotidiano ganha substância de pesquisa na medida em que “a história não é produto exclusivo dos grandes acontecimentos; ao contrário, ela se constrói no dia-a-dia de discretos atores que são a maioria” (PRIORE, 1997, p. 266-267). Essa noção de cotidiano, matéria-prima para o trabalho do historiador, é “essencialmente, uma maneira de abordar a história econômica e social” (PRIORE, 1997, p. 266-267).

Após o fechamento do Matadouro Municipal de Castro Alves, ou “Matança”, como era comumente denominado, efetuado em março de 2006, o mercado de carne bovina da cidade, conforme o livro de atas do NUSMECCA, passou oficialmente a ser abastecido pelo FRIGROSAJ, Frigorífico de Santo Antônio de Jesus – Bahia. Essa mudança provocou impacto significativo na vida dos sujeitos ligados ao mercado de carne castroalvens. O depoimento de Antônio Moreira da Costa dá uma ideia da dinâmica do mercado de carnes antes das normas sanitárias:

Comprava [reses] nas fazenda, trazia, matava, ia pá lá... dexava tudo protinho, botava nos açogue... no dia seguinte, ia, dispostava, cortava... Eu cansei de matar... matava quato boi no açogue, minha carne... fora a carne do só, né? Minha carne era todo beneficiadinha... toda cortadinha, carne de primeira, quase eu não ficava, era tudo entregue. Eu já tinha um homem lá que intregava minhas carne todinha. A forma de pagamento era a melhor possível, rapaz. Comprava boi pá pagar até com sessenta dia. Já cansei de compar... botava no cheque trinta e sessenta dias... ficava com o dinheiro lá no banco, lá vontade assim, entendeu? [...] a maioria das vezes eu comprava gado e dexava no curral pago já... eu cansei de fazer isso (COSTA, 02 maio 2007).

Pelo relato acima, a rotina de trabalho dos açougueiros antes do fechamento da “Matança” consistia na compra das reses diretamente dos fazendeiros, transportá-las até o matadouro para o abate, e nos açougues, no dia seguinte, a carne era preparada e vendida ao

⁴ Sobre o conceito de identidade de classe ver: THOMPSON, 1987.

consumidor final. Além disso, havia a possibilidade do açougueiro entregar sua produção a intermediários, o que indica a existência de mais um personagem afetado pela política sanitária. O pagamento poderia ser facilitado pelo fazendeiro através de prazos flexibilizados, inclusive, permitindo ao açougueiro comprar as reses e mantê-las na própria fazenda de origem, sem nenhum custo adicional. O açougueiro Manoel França informa ainda que a compra das reses poderia ser realizada sem a necessidade de apresentação de nenhuma garantia – pois “não precisava dá nada, só a palavra”. Nesse tipo de transação comercial possuir bom nível de proximidade e intimidade com o fazendeiro e gozar de boa reputação eram questões relevantes no momento da negociação, podendo influenciar no preço e prazo das reses, o que possibilitava maiores lucros aos açougueiros.

Nos depoimentos de Antonio Moreira da Costa e Manoel França fica evidente o caráter informal do mercado de carnes de castroalvense. Essa dinâmica, que não se ajusta às exigências predominantes no capitalismo contemporâneo, no qual, garantias financeiras e/ou documentais são indispensáveis ao processo de troca, fora afetada pela Portaria Federal nº 304. Em decorrência disso, as pessoas que trabalhavam e sobreviviam a partir da informalidade mergulharam em um cenário de dificuldades e incertezas.⁵

A desativação da “Matança” repercutiu diretamente na vida dos sujeitos ligados ao mercado de carnes castroalvense. Manoel Rebouças França, talvez exagerando nos números de pessoas que foram expulsas do mercado castroalvense, fala das implicações sociais provocadas pelas mudanças:

Saiu muita gente. Tinha que sair! [...] aqui tem gente qui mata boi qui só tem a faca... e o pano... Tem gente qui dava prejuízo aí. Hoje num dá mais porque o dono daqui são... quem tá botano boi hoje regula direitin...
Aqui disimpregou mais de mil pessoa! [...] Só lavadeira de fato [trabalho de limpeza das víceras e miúdos bovinos] aqui tinha o quê? Tinha unhas duzentas. Vivia... e ganhava bem! Tinha mulé... fazia casa, comprava seus bichin, tudo arrumadin... olhava assim pá elas lavano fato... umas mulé deve morrer de fome, não. [...] Elas chegava a ganhar aqui, cem, centi tantos contos pú semana... lavano fato. Essa cortou total, num ficou nenhuma, tá tudo aí matano cachorro de tapa... chorano. Tem mulé que chega lá no meu açougue:
– Nezin o quer qui faz?
– Rapaz... num posso fazer nada... num tenho nada pá fazer pú vocês, num tenho imprego...
E magarefe? [...] Comigo trabalhava o quê?... duas fatera... um magarefe, um ajudante e eu...

⁵ Para Lima e Oliveira (2007, p.139-141) a persistência de práticas consideradas atrasadas como “*contratos informais e verbais*” celebrados entre pecuaristas, intermediários e açougueiros têm se configurado em obstáculos para a modernização e profissionalização da bovinocultura baiana.

Magarefe mata o boi, corta, tira o cõro, racha o boi diretin... sirviço pesado mermo é do magarefe, cabô... num tem (FRANÇA, 03 maio 2007).

O fechamento do Matadouro Municipal e o conseqüente abastecimento de carne a partir de outra cidade geraram desemprego em Castro Alves. Açougueiros que poderiam desenvolver sua atividade sem a necessidade de investimento de capital, pois na compra do gado “não precisava dá nada, só a palavra”, ou abatiam bois e só tinha “a faca e o pano”, parecem ter enfrentado grandes dificuldades com o novo modelo de distribuição e comercialização da carne, que passou por um processo de centralização.

Quanto à situação das “lavadeiras de fato”, Manoel França, talvez exagerando nos números, narra, sensibilizado, o quadro de extrema dramaticidade que assolou a vida dessas trabalhadoras, e assinala que essa atividade garantia a sobrevivência de várias mulheres, era fonte de renda de várias famílias castroalvenses. Com o fechamento da “Matança” elas parecem ter sido, em grande medida, excluídas do mercado de carnes. Os magarefes também sofreram com as mudanças. O serviço pesado do abate dos bois fora oficialmente extinto e representou igualmente a chegada de tempos difíceis.

Manoel França, afirmando que parte da carne comercializada em Castro Alves, é proveniente de bois abatidos na cidade, “dendo do mato”, descreve como a população reagiu ao consumo da carne produzida e comercializada dentro das normas sanitárias:

A população até hoje não acredita! Amanhã [vou] trabalhar... carne por exemplo, não pode ser botada em cima do balcão. O balcão é inox. Não pode botar, se botar ele [os fiscais] chega lá, panha, quema, faz uma confusão do diabo. Ou você bota carne in cima do balcão... pú povo pegar, virá pá lá, virá pá cá, enfiar o dedo, saber se tá mole, se tá dura, ou você não vende ela. Intão cê bota aí, quando um fi de Deus grita lá: é vem a fiscalização, aí é dois minuto, vupo, dibaixo do balcão [...]. Aí acontece de ele [os fiscais] pegar um, dois (FRANÇA, 03 maio 2007).

Manoel França indica que a população castroalvense não foi receptiva ao consumo de carne congelada. A exposição da carne em balcões refrigerados nos açougues parece não ter agradado aos consumidores. A impossibilidade de poder “pegar, virá pa lá, virá pá cá, enfiar o dedo, saber se tá mole, se tá dura”, conforme o costume, foi motivo de muitas reclamações por parte do “povo”. Por outro lado, Manoel França, certamente preocupado com a possível concorrência de outros açougueiros que comercializavam a moda antiga, arriscava a sua mercadoria para atender o desejo da população. O costume estava de tal maneira enraizado, que opôs açougueiros e fiscais, a ponto dos primeiros forjarem laços de solidariedades na luta

contra os agentes do Estado. Essa solidariedade é evidenciada no alerta dos açougueiros quando da presença dos fiscais no Mercado Municipal.⁶

Considerações finais

A implantação da Portaria Federal nº 304 no mercado de carne bovina de Castro Alves protagonizou um rico embate entre autoridades e populares. Essa luta se desenvolveu a partir de várias dimensões do social. Os personagens envolvidos nesse processo lançaram mão de diferentes armas e todas tiveram como munição as suas experiências. Os sujeitos privilegiados neste artigo foram protagonistas da sua própria história. Os trabalhadores resistiram às inovações por a perceberem como injusta, e por devassarem seus costumes e formas tradicionais de trabalho. O sentimento de expropriações de seus direitos e a ameaça à sobrevivência levou os populares a defenderem seus interesses. E o fizeram subsidiados por suas experiências e visões de mundo.

Os novos métodos implantados no mercado de carnes castroalvense, longe de se restringirem aos aspectos higiênico-sanitários, introduziram importantes mudanças na tradicional bovinocultura da cidade. A concentração da distribuição da carne, o desemprego causado pelo fechamento do Matadouro Municipal, somados às questões de ordem cultural, como por exemplo, a resistência ao consumo de carne congelada, a preocupação com a estética do produto e a própria pressão pela mudança nos costumes de trabalho foram desdobramentos da política sanitária.

Referências

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL, EMPRESARIAL E AGRÍCOLA DE CASTRO ALVES - ACCA. *Livro de Atas/ Núcleo Setorial do Mercado de Carne de Castro Alves*. Castro Alves. s/d.

AZEVEDO, Thales de. O Problema da carne. In: _____. *Povoamento da Cidade do Salvador*. 3. ed. Salvador: Ed. Itapuã, 1969. p. 318-340.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Portaria Federal nº 304, de 22 de abril de 1996. Estabelece normas higiênico-sanitárias para o abate e comércio de carne bovina, bubalina e suína. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, p. 6856, 23 abr. 1996. Disponível em: <<http://www.extranet.agricultura.gov.br>>. Acesso em: 2 jun. 2007.

⁶ Sobre o papel dos costumes na luta de classe. Ver THOMPSON, 1989.

COSTA, Antonio Moreira da. Castro Alves, 02 maio 2007. Entrevista concedida a Jilmar de Jesus Gusmão.

CRUZ, Arivaldo Conceição da. Carne bovina: considerações sobre a cadeia produtiva. *Bahia Agrícola*, Salvador: SEAGRI, v. 4, n. 3, p. 35-42, dez. 2001.

FRANÇA, Manoel Rebouça. Castro Alves, 03 maio 2007. Entrevista concedida a Jilmar de Jesus Gusmão.

GUIA TURÍSTICO E HISTÓRICO DE CASTRO ALVES. Castro Alves: Prefeitura Municipal de Castro Alves/Gráfica e Editora Nova Civilização, s/d.

HOBSBAWM, Eric. Da História Social à História da Sociedade. In: _____. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 83-105.

JORNAL A TARDE. Salvador, 04 abr. 1996.

LIMA, Adelaide Motta de; OLIVEIRA, Sandra Cristina Santos. A indústria de frigoríficos na Bahia: mapeamento e proposta de regionalização. *Revista Desenharia*, Salvador, v. 4, n. 7, p. 133-155, set. 2007.

PANG, Eul-Soo. *Coronelismo e Oligarquias: a Bahia na Primeira República Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1979.

PRIORE, Mary Del. História do Cotidiano e da Vida Privada. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 259-274.

SAMPAIO, Consuelo Novais. *Memória da Fazenda da Bahia – 1895-2005*. Salvador: Fundação Pedro Calmon, 2005.

TAVARES, Luís Henrique Dias. *História da Bahia*. São Paulo: Editora UNESP; Salvador: EDUFBA, 2001.

TEIXEIRA, Aurino de Azevedo. *Informações Históricas Sobre a Cidade de Castro Alves*. Salvador: Prefeitura Municipal de Castro Alves, 1990.

THOMPSON, E. P. *A Miséria da teoria: ou, um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. *A Formação da classe operária inglesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. v. 1.

_____. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo. Companhia das letras. 1989.